



ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS: espaço de intervenção – ciência, educação, política

Amaury Cesar Moraes¹

“[...] insisto na sugestão de Amaury abrir o evento por uma única razão: como não temos mais tempo de planejamento e como estamos trabalhando no limite e para o formato mínimo, creio mesmo que devemos deixar as excelentes e inovadoras ideias para o II Congresso [...]” (e-mail Flávio Sarandy, 12/02/2013).

Não espero trazer aqui ideias excelentes e inovadoras. Deixemos mesmo tais ideias para o II congresso da ABECS que terá sido uma vitória para nós professores de Ciências Sociais de todos os níveis e procedências deste país.

Se observarmos bem, mesmo na proposta de título para essa conversa que tem o honroso *status* de conferência, já não fui assim inovador, antes chovi no molhado, pois de certa forma repete com outras palavras o tripé que orienta as nossas universidades. Lá se diz “pesquisa, ensino e extensão”; aqui dizemos “ciência, educação e política”; mas, no nosso caso, todos como espaço de intervenção das Ciências Sociais. Porque não entendemos a intervenção apenas como política, embora a certa altura este deva ser o nosso principal objetivo. Por exemplo, logo estaremos elegendo a diretoria dessa Associação. Do mesmo modo,

¹ Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Aposentado do Departamento de Metodologia do Ensino de Ciências Sociais - Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo. E-mail: acmoraes@usp.br.

estaremos desenvolvendo outras atividades que podem melhor ser entendidas sob aquelas rubricas outras: ciência e educação.

A ideia de grupo de discussão, de que tivemos uma boa experiência no Rio de Janeiro em 2009, faz essa relação entre ciência e educação, pesquisa e ensino. Não se limita à apresentação de resultados de pesquisa, mais condizentes com os chamados GT, mas não são também somente espaço de relatos de experiência. Além disso, abrimos formalmente esse território para a participação efetiva de professores da educação básica, e muitos poderão ter a oportunidade de apresentar suas reflexões ao mesmo tempo que trazem sua experiência docente. Muitos o farão pela primeira vez, pisando terreno desconhecido. Certamente isso representará para muitos, senão para todos nós, um tempo de *formação* também, e, nesse sentido, retomamos a ideia de Ensino aqui traduzida de modo mais amplo como Educação. Aqui, sem demagogia, somos todos professores e alunos. *Formação*, esta é a palavra que designa melhor o que pretendemos ao fundar uma entidade como a ABECS e organizar este Congresso, pois formação sintetiza esses três objetivos propostos, essas três formas de intervenção. *Formação* enquanto produtores de saber, tanto o saber no campo específico das Ciências Sociais, como o saber didático, este no campo da Educação. Neste sentido, no melhor sentido da palavra, somos uma entidade híbrida porque não abrimos mão de nossa origem nas Ciências Sociais, mas também não abrimos mão, não consideramos como algo menor, “colonizado”, como diz Bourdieu, as questões de Ensino, a Educação. *Formação* enquanto divulgadores de saber, quer produzido nas Ciências Sociais quer produzido na Educação. Como professores, como pesquisadores, como agentes políticos esse é um papel que temos de assumir como mediadores entre o saber e a sociedade, alunos, outros professores, agentes de políticas públicas. *Formação*, por fim, mas não menos importante, porque há uma dimensão formativa na ação política de associação a uma entidade como essa que vimos de fundar há cerca de um ano. E esta, de certa forma, coroa as outras porque ela apela para a nossa identidade mais profunda, a identidade como profissionais da educação.

Assim reencontramos na criação de uma entidade como a ABECS três outros objetivos fundamentais para a nossa caminhada: a *Associação*, no sentido de expandirmos os participantes dessa entidade, ampliando o número de associados na educação básica e no ensino superior, e a criação das unidades regionais, porque não queremos ser uma entidade centralizada e centralizadora; os *Eventos*, Congressos e Encontros Nacionais e Regionais, onde possamos nos encontrar face-a-face, para dar concretude, calor e compromisso, ao que discutimos todos os dias pelos meios virtuais; *Publicações*, quer porque este é o meio mais reconhecido para a valorização das nossas produções, quer porque é realmente um meio de tornar públicas as nossas reflexões e ações. Além disso, é um meio fundamental para repercussão de nossas propostas, demandas e produção de saber. Não podemos descuidar de termos um meio de publicação, mesmo que não queiramos simplesmente aderir a políticas produtivistas equivocadas, preocupadas mais com a quantidade do que com a qualidade, pois é um espaço necessário para ampliação e divulgação dos conhecimentos sobre nós mesmos, professores da educação básica e do ensino superior de Ciências Sociais; espaço nem sempre tranquilo em publicações do campo das Ciências Sociais ou da Educação, onde temos de competir com tradições e especificidades diversas das nossas.

Aprofundando e concretizando esses objetivos, podemos dizer que nossa entidade visa a intervir nas diversas questões e frentes sobre o ensino de Ciências Sociais. Há uma demanda crescente de informações, mas também de ação a respeito disso. Todos os dias nos chegam consultas, cobranças e pedidos para que ou nos manifestemos informando sobre legislação, concursos, criação de cursos etc., mas também sobre propostas de ensino, bibliografias, projetos de pesquisa etc.. Parte dessas questões podemos responder de pronto, com o bom senso ou com a experiência acumulada. Mas parte depende de nos prepararmos para atendê-las, pois ainda temos dado respostas muito intuitiva e precariamente. Nesse sentido, precisamos de uma profissionalização.

Doutra parte, ainda temos pouco conhecimento acerca de nós mesmos. Até outro dia, poucos eram os professores de Sociologia na escola secundária. Hoje, a disciplina obrigatória, quantos somos? E desses “quantos somos?” saem outras questões: quem somos, o que fazemos, o que precisamos, como nos formamos, o que ensinamos, como ensinamos. São questões de que temos respostas muito esparsamente nas pesquisas que vêm sendo produzidas nas Universidades. Certamente não vamos impor à Universidade e aos pesquisadores uma demanda que os oriente, mas pesquisas. A autonomia universitária e a liberdade da ciência são valores que compartilhamos. Mas pensamos que na medida do possível nosso diálogo com instituições e seus agentes possa ser produtivo para as partes. Do mesmo modo, devemos manter um contato efetivo com órgãos do governo que tratam da educação, em nível local, estadual/regional e nacional. Como disse, parte dos problemas que temos encontrado resulta de uma burocracia que pouco ou nada entende das especificidades de nosso *métier*. Porque a disciplina, por razões históricas se chama Sociologia, os desavisados resolvem recrutar profissionais licenciados estritamente em Sociologia, ignorando que na maioria esmagadora dos casos, esses professores são licenciados em Ciências Sociais. Talvez seja chegada a hora de mudarmos o nome da disciplina no ensino médio. Mas enquanto essa providência não vem, devemos esclarecer tais agentes sobre a peculiaridade de nossa formação.

Há ainda outros problemas presentes. Esse mesmo de uma formação bastante deficiente, porque apenas complementar, do professor de Sociologia, tendo em vista que a formação do pesquisador no bacharelado impõe como lógica curricular em que a formação do professor acaba reduzida a um verniz pedagógico. Nem é mais o modelo “3+1” o que se pratica na maior parte dos cursos. Ocorre que há um temor ou preconceito de que um curso exclusivo de licenciatura não forneça uma insondável “sólida formação”. Por outro lado, a exigência do bacharelado para o registro do Sociólogo acaba por levar as universidades a optarem primeiramente por essa modalidade e

complementarmente pela licenciatura, deixando de lado o efetivo enfrentamento da questão da formação de professores.

Outro problema que temos de enfrentar é a presença da Sociologia nas chamadas avaliações de larga escala, como o ENEM e mesmo nos vestibulares. Já foi o tempo em que essa presença era uma demanda nossa, constituindo uma estratégia para que se obrigasse a presença da disciplina nos currículos das escolas. Pessoalmente sempre me mantive cético em relação às vantagens dessa estratégia. Conhecendo como os vestibulares são, como eles acanalham os conteúdos e objetivos mais nobres das disciplinas, sobretudo como eles são a negação objetiva da ideia de formação que a escola básica deveria visar. Sempre me preocupei com o modo como os vestibulares iriam “cobrar os conteúdos”. Para quem sabe o que virou a literatura, por exemplo, nesses exames, e como ao longo do tempo tais exames produziram essa excrecência que são os cursinhos, sabe como não há mais literatura enquanto formação do leitor, formação do gosto pela leitura; como a literatura não tem nada a ver com prazer e formação do homem – como pretendia Antônio Cândido e a ideia de humanismo, humanidades. Do mesmo modo, história, matemática e tantas outras disciplinas foram transformadas em *informação*, cuja principal razão de existir é uma só: passar no vestibular. Assim, as escolas privadas, preocupadas com colocar seus alunos nas mais importantes e prestigiosas instituições universitárias, negam-se a incluir Sociologia em seus currículos, quer para não reduzir o espaço “do que interessa”, mas também por conta dos preconceitos ideológicos contra a disciplina e os perigos que podem trazer para seus alunos. Vejam o poder mal confessado de “formação” que a disciplina pode assumir, até pela visão de seus opositores... Pois bem, aqui e ali, não obstante essas ponderações, “conteúdos” de Sociologia têm aparecido nos exames vestibulares e ENEM. Mas como têm aparecido? Primeiramente como autores do campo das Ciências Sociais – Giddens, Bobbio, Ianni (ENEM 2011). Depois são questões de interpretação de texto, em que a resposta vem mais por conta de certo bom senso do que de conhecimentos específicos da Ciências Sociais; por fim, as alternativas do gabarito são de

discutível correção, ou por vezes demandam informações pontuais de outras disciplinas. Além disso, algumas delas – o que, aliás, é característica do ENEM – demandam, de acordo com a nomenclatura pedagógica dominante, uma “competência leitora” bastante elevada, nem sempre encontrável dentre nossos alunos, sobretudo da escola pública, caracterizando-se como questões que são mais seleção social que de mérito ou de domínio de conteúdo específico, reafirmando o que Bourdieu discute em um texto dos anos 1960, “A escola conservadora...”: o domínio da língua como um primeiro critério classificatório no processo de reprodução social para o qual a escola “contribui” decisivamente.

Certamente há outros pontos a serem comentados, mas o que deveria ser uma conferência passou a ser uma *carta de intenções* ou uma proposta de ação, ou ainda uma lista de mazelas que encontramos em nosso campo profissional. Assim, fico por aqui e incito a todos a entrar nesse debate e no enfrentamento desses problemas.

(Aracaju, SE, 26/04/2013)

COMO REFERENCIAR ESTE ARTIGO

MORAES, Amaury Cesar. Ensino de Ciências Sociais: espaço de intervenção – ciência, educação, política. *Revista Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais. CABECS*, v.4, n. 2, p.13-18, 2020.